

Resenhas

Empresas Transnacionais e Internacionalização da P&D: elementos de organização industrial da economia da inovação

Rogério Gomes (org.)

São Paulo: Editora da UNESP, 2006

O dinâmico mundo da indústria vem sendo objeto de fortes transformações nas últimas décadas. As mudanças configuram novas formas de organização industrial, tanto da produção como das atividades de pesquisa e desenvolvimento. Elas afetam várias indústrias e têm impactos sobre um amplo e diversificado conjunto de países e regiões, inclusive países em desenvolvimento. É dessa temática que se ocupa este livro.

As novas formas de organização da produção industrial resultam de um longo processo de evolução desde as grandes empresas funcionalmente integradas do século 19, sua evolução para a forma de organização multidivisional no século 20, seguida do advento das grandes empresas transnacionais e suas redes de subsidiárias, até as formas que vêm se configurando, que se caracterizam como estruturas organizacionais de produção em redes de empresas. As redes podem ser horizontais, mas a forma mais comum é a de redes de sub-contratação, abrangendo cadeias produtivas. Recebem variadas denominações, tais como redes corporativas, cadeias globais de produção ou de suprimento, ou cadeias globais de valor. O sentido da mudança é o de retirar das estruturas internas das grandes empresas a atribuição de, por meio de economias de escala e de escopo, alcançar vantagens competitivas e poder de mercado, e passar essa atribuição a redes de empresas cuja interação gera economias externas. Esse processo de evolução das formas de organização da produção industrial deu-se paralelamente

à crescente competição entre oligopólios industriais mundiais que, por sua vez, acompanhou a expansão do comércio mundial e os acordos multilaterais que forçaram uma crescente liberalização comercial.

Essas novas formas de organização da produção são observadas em muitas indústrias, mas estão mais fortemente estabelecidas em algumas, como por exemplo: automobilística, eletrônica de consumo, equipamentos de informática, equipamentos de telecomunicações, aeronaves, e mesmo em algumas indústrias tradicionais como calçados, móveis, confecções. Envolve grande número de empresas interativas localizadas em praticamente todas as regiões do globo. Por isso, o novo paradigma organizacional implica formas complexas de coordenação ou de governança de amplas redes de empresas ou cadeias de produção global. Para dar um exemplo: matéria publicada recentemente em revista de ampla circulação internacional mostra que, para a produção do veículo Mini, cuja marca adquiriu de uma empresa britânica, a montadora alemã BMW, em planta localizada na Inglaterra, mobiliza fornecedores localizados nas Américas, na Europa e na Ásia para aproximadamente 2500 peças e componentes de 250 opções diferentes de modelos do veículo. Esses fornecedores, por sua vez, têm suas próprias redes de fornecedores, que podem ser de qualquer país cujas empresas estejam produzindo melhor e mais barato os itens requeridos.

O poder de coordenação das grandes em-

presas transnacionais, ou mesmo de grandes empresas nacionais com redes próprias de subcontratação ou cadeias de suprimento, decorre de seu controle sobre ativos estratégicos tais como marcas, patentes, canais de comercialização, e sobre as chamadas funções corporativas superiores – capacitações em pesquisa e desenvolvimento de produtos, design, marketing. Estas últimas, segundo se deduz da análise de muitos autores, constituem o cerne do poder estratégico das grandes empresas que comandam redes corporativas.

Entretanto, Rogério Gomes, neste oportuno e brilhante trabalho, mostra de forma convincente que isto também tem sido objeto de significativas mudanças. À medida que se acirra a competição global, as grandes empresas transnacionais vêm promovendo, à semelhança do que ocorrera na esfera da produção, crescente internacionalização das atividades tecnológicas por meio de suas subsidiárias ou de suas redes de produção global. A racionalidade desse procedimento tem a ver com a busca por novos conhecimentos científicos, reconhecendo a emergência em vários países de sistemas nacionais de inovação com capacidade de gerar conhecimentos e capacitações estratégicos para a inovação, e a busca por competências locais em áreas de conhecimento e tecnologias específicos. A lógica econômica é a de que as economias de escala das atividades de P&D centralizadas são superadas por economias locais de integração e aglomeração.

A descentralização das atividades tecnológicas, realizada por meio da integração internacional de laboratórios de P&D ou redes de pesquisa, é facilitada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, que permitem manipular imensas bases de dados e informações, conectar agentes dispersos em tempo real, e mobilizar conhecimentos em várias áreas das ciências. E as razões da descentralização são analisadas por Rogério Gomes segundo três forças: o desempenho de novas funções de adaptação de produtos ao mercado local; uma estratégia de interdependência entre unidades dispersas, e o atrativo do patrimônio tecnológico do país. Estas forças, por sua vez, condicionam os tipos de laboratórios caracterizados como: de adaptação, de desenvolvimento de novos produtos, de transferência de conhecimentos a outras unidades da empresa, e de desenvolvimento de atividades de pesquisa básica e aplicada.

Essa estratégia de descentralização dos la-

boratórios de P&D deve ser entendida, segundo o autor, como uma forte mudança nas funções corporativas das empresas transnacionais, que implica “transferência de importantes funções de alto conteúdo tecnológico”. Ressalta, entretanto, que, como parte da estratégia competitiva e de sobrevivência desse modelo organizacional, as empresas transnacionais retêm funções corporativas estratégicas no interior da rede sob controle do comando corporativo, “o que em geral inclui muitas das atividades de P&D, especialmente aquelas relacionadas à oferta de novos produtos”.

A análise de dois casos ilustrativos de implantação de laboratórios de P&D no Brasil – indústria automotiva e indústria de equipamentos de telecomunicações – dá uma importante contribuição à literatura sobre o tema ao demonstrar claramente que a descentralização não está restrita aos países de origem das empresas transnacionais. Nos dois casos analisados os laboratórios locais desempenham importante papel na estratégia competitiva da respectiva rede de produção global. Suas atividades tecnológicas não são meramente adaptativas, ao contrário, têm “forte componente de criatividade e estão altamente integradas ao programa global da ETN”. Isto significa que, a despeito do fato de que “as atividades estratégicas se mantenham retidas nos países centrais, sob controle do comando corporativo”, os dois casos analisados representam “situações indiscutivelmente novas” que mostram que países em desenvolvimento como o Brasil também vêm se tornando importantes *loci* de atividades tecnológicas das empresas transnacionais que comandam redes globais de produção.

É possível que situações análogas possam ser identificadas em redes corporativas de outras indústrias que operam no Brasil e em outros países. Já existem evidências nesse sentido a respeito, por exemplo, das indústrias de equipamentos de informática, de construção de aeronaves, eletrônica de consumo, e outras. Entretanto, há casos em que essa tendência de descentralização das atividades tecnológicas em direção aos países em desenvolvimento ainda é tênue ou inexistente. Tal é o caso da indústria farmacêutica mundial, na qual a quase totalidade dos laboratórios de P&D das grandes empresas mundiais concentram-se nos países centrais, na América do Norte, na Europa e no Japão. Ou da indústria de calçados, em que às empresas subcontratadas são transferidas apenas funções ligadas à etapa da manufatura. É

evidente, porém, que indústrias com características distintas implicam estratégias corporativas igualmente distintas, e as observações acima não visam diminuir o mérito deste trabalho de Rogério Gomes, mas apenas sugerir uma perspectiva comparada.

Por sua atualidade na presente fase de transformações das estruturas corporativas que sustentam o sistema capitalista, pela profundidade em que o autor mergulha no tratamento teórico

do tema e no trabalho empírico dos estudos de caso que analisa, e pela qualidade do texto – academicamente rigoroso, sem prejuízo da boa prosa, não tenho dúvidas em afirmar que o leitor tem em mãos um excelente livro. Bom proveito!

Wilson Suzigan

Professor Colaborador do Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, UNICAMP.

Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio

Eli Diniz (org).

Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

A presente obra organizada por Eli Diniz reúne uma coletânea de textos que procura refletir sobre temas relevantes pertinentes às relações econômicas, político-institucionais, intergovernamentais e de políticas públicas e sociais que fazem parte da discussão da “nova temática da agenda contemporânea” internacional e, em especial, brasileira do período pós-Consenso de Washington e de globalização financeira do capital.

Os 9 capítulos do livro estão divididos em duas partes. Na primeira, constituída de 4 capítulos, faz-se uma análise sobre Estado e governabilidade, políticas macroeconômicas e desenvolvimento econômico, experiências de governos de esquerda latino-americanos e processos de integração regional a partir dos anos 1980. A segunda parte, dividida em 5 capítulos, centra as atenções no desenvolvimento institucional recente do Brasil e nas perspectivas do processo de integração financeira da América do Sul.

O primeiro capítulo, de autoria de Eli Diniz, ao reexaminar três “eixos fundamentais” do debate internacional, quais sejam, a globalização, o Estado e a governabilidade, sustenta a idéia de que a estabilidade política, econômica e social a longo prazo dos países latino-americanos e, em particular, do Brasil passa pela construção de um projeto autônomo de desenvolvimento que dependa de “coalizões políticas identificadas com tal objetivo” e da reforma do Estado.

Centrando a atenção na reforma do Estado, a autora argumenta que repensar a reforma do Estado requer superar três déficits observados

ao longo do tempo: “o déficit da inclusão, revertendo os altos graus de concentração da renda e de desigualdade, o déficit de capacidade de produzir resultados socialmente desejados ... e ... o déficit de *accountability*, reduzindo os graus de discricionariedade das autoridades governamentais” (2007: 53). Concluindo, ao criticar tanto “a estreiteza da abordagem fiscalista” quanto “a visão economicista” da agenda neoliberal, pois elas que levam à subordinação do Estado ao mercado, Eli Diniz argumenta que o referido projeto de desenvolvimento não pode prescindir da superação de “antigas polaridades *Estado x mercado* [e] *Estado intervencionista x Estado mínimo*” (2007: 55). Em outras palavras, Estado e mercado (em suma, Instituições) importam.

No capítulo 2, Luiz Carlos Bresser-Pereira, ao analisar os motivos que têm levado à “quase-estagnação de longa duração da economia brasileira”, segundo ele (e porque não tantos outros economistas, dentre os quais o autor desta resenha) em grande parte decorrente das políticas macroeconômicas recomendadas pela ortodoxia econômica convencional, propõe uma agenda novo-desenvolvimentista para o Brasil, entendida “como um ‘terceiro discurso’ entre o populismo da esquerda burocrática e o neoliberalismo da ortodoxa convencional” (2007: 68).

Por que a economia brasileira, principalmente a partir do Plano Real, não possui estabilidade macroeconômica, entendida, conforme Keynes (*The General Theory of Employment, Interest and Money*, Capítulo 24), como sendo o

binômio estabilidade de preços e pleno emprego? Ao responder tal pergunta, Luiz Carlos Bresser-Pereira critica a política macroeconômica implementada pelas Autoridades Monetárias e respaldada pela ortodoxia econômica convencional. Para o autor, déficit público – diga-se de passagem, predominantemente de natureza financeira –, taxas de juros de curto prazo estratosféricas, câmbio sobre-valorizado e liberalização da conta capital, possibilitando, assim, captar “poupança externa”, são os principais motivos que levam o País a ter, desde metade dos anos 1990, estabilidade de preços e crescimento econômico *à la stop-and-go*, com inclusão social marginal.

O que fazer para assegurar a estabilização macroeconômica para o Brasil? Após analisar a estratégia e os resultados das políticas nacional-desenvolvimentistas do período 1930-1970 e neoliberais do período pós-Consenso de Washington, Luiz Carlo Bresser-Pereira apresenta um “conjunto de diagnósticos e idéias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-nação [e o Brasil, em particular], da sua estratégia nacional de desenvolvimento” (2007: 79). Para tanto, além de reformas institucionais que fortaleçam o Estado e o mercado, ajuste fiscal para propiciar poupança pública, redução das taxas de juros de curto prazo, câmbio administrado e competitivo e restrições à livre mobilidade de capitais, quando necessárias, devem fazer parte de uma agenda novo-desenvolvimentista para os países em desenvolvimento (ou emergentes), dentre os quais o Brasil.

Ao concluir, Luiz Carlos Bresser-Pereira formula a seguinte pergunta: “Terá o novo desenvolvimentismo condições de se tornar hegemônico na América Latina como foi no passado o desenvolvimentismo?” A experiência do novo-desenvolvimentismo dos países dinâmicos da Ásia, a estratégia econômica adotada pela Argentina, pós-crisis cambial de 2001-2002, e a renovação do pensamento, em termos políticos e econômicos, novo-desenvolvimentista na América Latina levam Luiz Carlos Bresser-Pereira a escrever que “tudo indica que o tempo do neoliberalismo e da ortodoxia convencional passou, e que novas perspectivas estão se abrindo para a região” (2007: 95).

No capítulo 3, José Luis Fiori “olha” para a esquerda latino-americana tendo como pano de fundo as mudanças do pensamento de esquerda, em nível mundial, quando se abandona “o ‘obje-

tivo final socialista’ ... e [se] assume uma posição definitivamente ‘pró-capital’” (2007:104). Indo nessa linha, o autor mostra que o “processo revisionista” do pensamento de esquerda europeu, que inclusive fez nascer a “Terceira Via”, alicerçado em reformas políticas, econômicas e sociais liberalizantes, acabou se espalhando para os países latino-americanos, uma vez que, na década de 1990, a “esquerda” latino-americana converteu-se às políticas preconizadas pelo Consenso de Washington.

Todavia, diante do fracasso da experiência neoliberal na América Latina nos anos 1990 – fracasso esse caracterizado pelo pífio crescimento econômico e pelo aprofundamento das desigualdades sociais na região –, José Luis Fiori conclui que, “passada a euforia liberal”, a América Latina, no novo milênio, pode estar “vivendo o início de uma nova etapa de convergência ... ‘virtuosa’ entre a ação ‘autoprotetora’, nacional ou regional, dos novos governos de esquerda latino-americanos, e a ação reivindicativa e mobilizador dos movimentos sociais e partidos de esquerda que lutam na região, contra a desigualdade e a polarização da riqueza e da propriedade privada” (2007: 123).

O capítulo 4, escrito por Maria Regina Soares de Lima e Marcelo Vasconcelos Coutinho, analisa as condições políticas e econômicas para o processo de integração regional na América do Sul, pós hegemonia do “neoliberalismo radical na região” dos anos 1990. Para tanto, inicialmente, os autores mostram que o regionalismo experimentado pelos países sul-americanos na década de 1990, centrado nos acordos de livre-comércio, na abertura das contas de transações correntes e de capitais do balanço de pagamentos e nas reformas pró-mercado, “não trouxe prosperidade para todos [países], nem o crescimento sustentado do passado” (2007: 129). Em seguida, Maria Regina Soares de Lima e Marcelo Vasconcelos Coutinho argumentam que o regionalismo na América do Sul deve ser uma resposta à globalização, representando, assim, mudanças substanciais no modelo de desenvolvimento político, econômico e social dos países. Nesse particular, eles entendem que as recentes vitórias de “candidaturas mas à esquerda na região [América do Sul] trouxe de volta o nacionalismo como ideologia orientadora das ações de governo” (2007: 146). Em conclusão, os autores escrevem que “[a] entrada da Venezuela no Mercosul e a consolida-

ção da Comunidade Sul-Americana de nações ... podem caminhar no intuito de constituir uma integração ... sem hegemonismos ... que ... incorpore ... toda a América do Sul, e estabeleça uma coordenação política colegiada com maior participação da sociedade” (2007: 148).

No capítulo 5, Fabiano Santos, Márcio Vilarouca e Thaís Mantovani analisam, comparativamente, as relações entre os poderes Executivo e Legislativo nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula da Silva, primeiro mandato, tendo como referência a “montagem e o funcionamento” de coalizões de centro-direita, governo FHC, e de centro-esquerda, governo Lula da Silva. A conclusão dos autores é que pelo fato do governo FHC ter articulado uma base de apoio parlamentar mais “contígua no espaço ideológico”, não houve maiores resistências para a aprovação de emendas constitucionais e o governo FHC “funcionou de maneira previsível e disciplinada”. O Governo Lula da Silva, em contrapartida, pelo fato da sua base de apoio parlamentar ser muito heterogênea, foi “marcad[o] por um equilíbrio mais frágil” (2007: 177).

O capítulo 6, de autoria de Jorge Ruben Biton Tapia, apresenta uma “interpretação sobre o significado e possíveis desdobramentos do processo de criação e consolidação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)”, durante o governo Lula da Silva (2007: 181). O objetivo é examinar como o *modus operandi* do CDES foi capaz de articular uma proposição de desenvolvimento econômico e social para o Brasil, alternativa ao capitalismo liberal herdado do governo Fernando Henrique Cardoso. Partindo de uma taxonomia sobre as possíveis formas de “concertação” e das experiências de CDESs em alguns países europeus, fundamentais para subsidiar os argumentos do autor, Jorge Ruben Biton Tapia mostra que o CDES, na gestão Tarso Genro, foi centrado em uma agenda de discussão e proposições de encaminhamento de reformas institucionais, ao passo que na gestão Jacques Wagner, o CDES foi caracterizado pela construção de uma Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND). A AND, por sua vez, acabaria balizando as principais propostas do Programa de Aceleração do crescimento, lançado em janeiro de 2007. O Autor conclui que o CDES representa um “espaço qualificado e representativo de debate e formulação de propostas para o governo e o país” (2007: 228).

No capítulo 7, Celina Souza analisa a problemática das regiões metropolitanas do País. O texto examina a questão institucional metropolitana nos seguintes contextos: mudança do regime político, a partir da redemocratização do Brasil e, principalmente, da Constituição de 1988; sistema federativo; e relações intergovernamentais. Partindo de uma análise à *la path dependency*, a autora conclui que: inicialmente, a gestão das regiões metropolitanas, durante os governos militares, foi marcada “pela centralização e pela ausência de mecanismos de cooperação entre as esferas governamentais” (2007: 257); no período imediatamente após o processo de redemocratização a sobrevivência, em termos de gestão, das regiões metropolitanas tornou-se quase impossível; e no período pós-Constituição de 1988 e constituições estaduais de 1989, o tema sobre a gestão das referidas regiões reapareceu na agenda pública, principalmente por se ter “um contexto político-institucional diferente, caracterizado por um federalismo que equilibra o poder político e tributário dos três níveis de governo ... e que absorva as novas tendências e demandas de um regime democrático, do sistema federativo e das relações intergovernamentais” (2007: 257-258).

O capítulo 8, de autoria de Marta Arretche, realiza uma análise comparada entre os Estados federativos e unitários da América Latina, enfatizando as relações entre federalismo e políticas sociais. Observando o percentual de gastos sociais sobre o PIB para alguns países selecionados da América Latina, uma das constatações da autora é a de que “[o] nível de gasto social dos Estados federativos latino-americanos ... é muito próximo ao da média dos países da OCDE ... [e] mais elevad[o] que a dos Estados unitários na América Latina” (2007: 265-266). No caso do Brasil, a autora conclui que “embora a autonomia política, a descentralização fiscal e a descentralização intrapartidária promovam obstáculos à coordenação nacional de políticas [sociais], elas são compensadas pela legislação federal e pela concentração das funções de financiamento e normatização na União, ambas centralizando a autoridade sobre políticas e viabilizando políticas homogêneas no território nacional” (2007: 293).

Por fim, o capítulo 9, escrito por Carlos Henrique Santana e Yuri Kasahara, investiga o processo de integração regional da América do Sul sob a ótica financeira. Para tanto, as atenções voltam-se três aspectos: a internacionalização do

sistema financeiro entre os países sul-americanos; a criação de linhas de crédito regionais direcionadas para o financiamento de investimentos de infra-estrutura e de operações de comércio internacional; e as recentes iniciativas do governo venezuelano em adquirir títulos da dívida pública de alguns países da América do Sul. O tema do texto é pertinente principalmente pelo fato de que, a partir da reestruturação do Mercosul, tem-se discutido, por um lado, a possibilidade de implementação de um mercado comum na América do Sul e, por outro, foi criado no final do ano passado o Banco do Sul. Em suma, as questões apresentadas pelos autores, as perspectivas em torno de uma integração mais dinâmica da América do

Sul e a criação do referido Banco constituem-se, parafraseando os autores, em “um conjunto de articulações [que podem ser] responsáveis pela integração financeira e comercial da América do Sul” (2007:326).

Concluindo, os textos, escritos por acadêmicos e pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Sociais, apresentam uma qualificada contribuição acerca dos desafios políticos, econômicos e sociais com que se defrontam os países em desenvolvimento.

Fernando Ferrari Filho
Professor Titular da UFRGS
e Pesquisador do CNPq

A Era da Turbulência

Alan Greenspan (org.)

Rio de Janeiro: Campus

Instigante. É a primeira idéia que vem a cabeça de quem teve o prazer de ler as quase 500 páginas desta auto-biografia de um dos economistas mais importantes da atualidade. Por um lado, a leitura de “A Era da Turbulência” mostra claramente que o seu autor tem uma visão de mundo que muitos no Brasil chamariam de neoliberal. Em alguns trechos, Alan Greenspan faz uma defesa quase que apologética da economia de livre-mercado. Isso certamente irá desagradar as pessoas que acreditam que o futuro da humanidade é o socialismo. Por outro lado, o “velho maestro” é pragmático o suficiente para reconhecer não só o seu papel limitado como presidente do FED para a fase de maior prosperidade na economia dos Estados Unidos após o colapso do Sistema de Bretton Woods, como também o papel necessário da política monetária como estabilizador das economias capitalistas modernas.

Um primeiro aspecto que chama a atenção do leitor de “A Era da Turbulência” é o método de análise de Greenspan como economista. Tomando como base a discussão feita por Tony Lawson sobre a natureza da economia heterodoxa, podemos afirmar, com pouca margem para dúvida, que Greenspan é um bom economista heterodoxo. Isso porque as suas análises como consultor de investimentos na Tonwsend-Greenspan e,

posteriormente, como Chairman do Federal Reserve não se baseavam na aplicação de métodos econométricos sofisticados a uma massa de dados agregados; mas sim numa análise cuidadosa das séries econômicas a nível desagregado, extraindo-se inferências das mesmas tendo como base apenas a teoria econômica a nível mais elementar e o bom-senso. Sua desconfiança dos modelos econômicos e da econometria está apoiada na idéia de que as economias capitalistas são essencialmente dinâmicas (não-ergódicas). Dessa forma, a inferência estatística tende a produzir estimativas viesadas dos parâmetros das equações estruturais dos modelos econômicos.

Essa habilidade para extrair informações de uma massa de dados econômicos com o intuito de subsidiar a tomada de decisões foi extremamente útil para a condução da política monetária norte-americana na segunda metade da década de 1990. Com efeito, Greenspan relata que na reunião do FOMC de 24/09/1996, os diretores do FED estavam bastante receosos quanto ao ritmo de crescimento da economia norte-americana. Havia entre alguns diretores a sensação de que a economia dos EUA estava crescendo rápido demais e que isso iria, mais cedo ou mais tarde, causar uma aceleração da inflação, a não ser que o FED pusesse o pé no freio por intermédio

de aumentos preventivos da taxa básica de juros. Greenspan estava convencido que um aumento da taxa de juros não era necessário. Sua intuição era que a revolução tecnológica promovida pela Internet estava acelerando o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho de forma que a economia americana poderia crescer mais sem gerar pressões inflacionárias.

O problema com essa hipótese, como admite o próprio Greenspan na seqüência, era o fato de que os números oficiais de crescimento da produtividade não mostravam uma aceleração do ritmo de crescimento do produto por horas trabalhadas. Uma pessoa sem as habilidades de Greenspan facilmente concluiria que não havia razões para acreditar que a economia poderia crescer a um ritmo mais forte do que no passado sem gerar pressões inflacionárias. Mas não foi isso o que aconteceu com o “velho Maestro”. Para ele havia algo de errado com os números oficiais de crescimento da produtividade, pois as empresas não iriam investir grandes somas de recursos em novas tecnologias de informação se isso não aumentasse a produtividade do trabalho e, portanto, os seus lucros. Assim ele pediu ao staff técnico do FED para fazer um desdobramento detalhado setor a setor da produção por horas trabalhadas de dezenas de setores não-agrícolas. A conclusão do relatório era que, com base nos números oficiais, não teria havido aumento da produtividade no setor de serviços, pelo contrário, a eficiência nesse setor estava diminuindo. Isso era uma prova irrefutável que os números oficiais estavam errados. Não havia, portanto, bases objetivas para justificar um aumento da taxa de juros. Mas também não havia elementos objetivos para sustentar a tese contrária de que a economia norte-americana não estava crescendo a um ritmo alto demais para manter a inflação estável. O FOMC teria que tomar uma decisão às cegas, num ambiente de total incerteza. Nesse contexto, a variável fundamental no processo de tomada de decisão, como diria Keynes, é o otimismo espontâneo ou *animal spirits*. Foi o otimismo espontâneo de Greenspan que levou os diretores do FOMC a manter inalterada a taxa de juros naquela reunião.

Outra característica heterodoxa do pensamento econômico de Greenspan é a forma pela qual ele vê o progresso econômico no capitalismo. O crescimento de longo-prazo das economias capitalistas é originado pelo crescimento da pro-

ductividade do trabalho que resulta do processo de “destruição criativa” de Schumpeter. Nesse contexto, a concorrência no capitalismo deve ser vista como um processo pelo qual as empresas inovadoras introduzem novos bens e novos processos de produção com o objetivo de sucatear as velhas tecnologias e se apoderar do mercado das empresas que não se mostrarem capazes de introduzir novos bens e novos processos produtivos. A essência do capitalismo é, portanto, a destruição do velho pelo novo.

Nesse contexto, não é surpreendente que o “velho Maestro” seja um defensor da tese de que a abundância de recursos naturais pode atrapalhar, ao invés de ajudar, o desenvolvimento econômico. Greenspan vê a assim chamada “doença holandesa” como um entrave ao desenvolvimento econômico. Isso porque a abundância de recursos naturais tende a produzir uma grande apreciação da taxa real de câmbio, a qual impede a industrialização da economia e a diversificação de sua base produtiva.

Se o processo de “destruição criativa” tende a aumentar o bem-estar econômico da sociedade ao resultar em aumentos da produtividade do trabalho; por outro lado, esse processo tende a gerar instabilidade e incerteza. O sucateamento das velhas tecnologias implica na demissão de um grande número de trabalhadores das empresas que ficaram para trás na corrida tecnológica. Nem sempre as pessoas demitidas dos “velhos setores” terão as habilidades e os perfis exigidos pelos novos postos de trabalho criados na esteira do processo de inovação. Para essas pessoas, a “destruição criativa” implica num período bastante longo de desemprego e queda de rendimentos. Mesmo os vencedores da corrida tecnológica não podem “dormir sob os louros” de sua vitória, pois em algum momento sua posição de “vencedor” será contestada pela introdução de novos produtos e novos processos. A única forma de se manter vivo ao longo desse processo é, portanto, inovar sempre. Isso gera um grande *stress* nas pessoas.

Nesse contexto, existiria um *trade-off* entre prosperidade econômica e “qualidade de vida”. A concorrência Schumpeteriana é o motor do progresso econômico no capitalismo, mas traz consigo uma dose elevada de instabilidade e imprevisibilidade para a vida das pessoas.

Esse *trade-off* entre prosperidade e “estabilidade pessoal” explica a existência de diversas for-

mas de capitalismo. Algumas sociedades, como os Estados Unidos, escolhem, por razões culturais ou de qualquer outra espécie, maximizar a prosperidade econômica. Dessa forma, os governos não oferecem quase nenhum tipo de proteção contra os efeitos deletérios da destruição criativa. Os setores que ficarem para trás na corrida tecnológica, como as siderúrgicas americanas face à concorrência de suas congêneres japonesas, são simplesmente deixados para trás e morrem. O nível de seguro desemprego tende a ser baixo nessas economias, de maneira que os trabalhadores têm pouca ou nenhuma proteção contra os efeitos da “destruição criativa” sobre os seus empregos. A maioria das sociedades européias, por sua vez, escolheu um modelo híbrido no qual os governos “protegem parcelas de suas populações contra o que consideram árduas pressões competitivas” (p. 259). O resultado desse modelo híbrido é, na visão de Greenspan, uma sociedade menos dinâmica e, portanto, menos próspera. Trata-se de uma questão de escolha, nenhuma alternativa é intrinsecamente superior a outra, tudo depende das preferências sociais.

Um campo no qual Greenspan se mostra surpreendentemente ortodoxo é na sua visão a respeito do papel da política monetária. Quando ele discorre sobre o papel da política monetária na promoção de um crescimento econômico robusto e estável, ele é bastante enfático na defesa da tese de que o papel do FED, ou de qualquer outro banco central, para a promoção do crescimento econômico é a manutenção da estabilidade de preços. Além disso, para que o Banco Central desempenhe adequadamente a sua função de “guardião da estabilidade de preços” é necessário que ele seja independente de forma a ficar isolado de pressões políticas.

A sua ortodoxia nesse campo fica também bastante clara quando ele disserta sobre as causas do crescimento acelerado da economia norte-americana durante a administração Clinton. O “Velho Maestro”, ao contrário do que se poderia esperar, não atribui essa performance a uma condução bem feita da política monetária por parte do FED. Para Greenspan, a causa do crescimento acelerado com inflação baixa vivenciados nos Estados Unidos na década de 1990 é essencialmente não-monetária e deve ser buscada na difusão das novas tecnologias de informação, as quais permitiram um uso mais eficiente dos recursos disponíveis, aumentando assim a produtividade do trabalho (pp. 162-163). Esse aumento

da produtividade permitiu uma redução da NAI-RU, ou seja, da taxa de desemprego compatível com uma inflação constante ao longo do tempo. Nesse contexto, o papel do FED foi simplesmente o de facilitar o ajuste da economia a um nível de desemprego de equilíbrio mais baixo por intermédio de uma política monetária expansionista.

Fatores exógenos a economia norte-americana também contribuíram, na visão de Greenspan, para o crescimento acelerado com inflação baixa durante a administração Clinton. O primeiro fator foi a globalização e a queda do comunismo soviético. Esses dois elementos implicaram no deslocamento de grandes massas de trabalhadores para os mercados competitivos, gerando taxas de inflação salarial mais baixas e, por conseguinte, diminuindo a taxa de desemprego compatível com a estabilidade de preços. O segundo fator foi a aceleração do crescimento econômico dos países em desenvolvimento, principalmente no Sudeste Asiático, o que implicou numa redistribuição de renda a nível mundial dos países desenvolvidos, com taxas de poupança mais baixas, para os países em desenvolvimento que possuem taxas de poupança mais altas. Essa redistribuição de renda implicou, portanto, num aumento da taxa média de poupança a nível mundial, exercendo assim uma pressão baixista sobre a taxa real de juros de longo-prazo em todos os países do mundo. A redução da taxa real de juros de longo-prazo não só estimulou o investimento em capital fixo nos países desenvolvidos, principalmente nos Estados Unidos, aumentando assim o ritmo de crescimento econômico; como ainda induziu um processo cumulativo de aumento dos preços das ações e dos imóveis. Em outras palavras, a “exuberância irracional” do final da década de 1990 foi causada, entre outras coisas, por um excesso de poupança a nível mundial.

Um outro aspecto interessante a respeito do pensamento do Greenspan sobre a política monetária é a sua concepção extremamente original a respeito do processo de tomada de decisão a respeito do valor da taxa básica de juros. Aqui vemos outra vez o Greenspan heterodoxo em cena. A teoria da política monetária de livros-texto estabelece que a taxa básica de juros deve ser fixada de tal forma que, no cenário padrão dos modelos de simulação, a taxa de inflação convirja para a meta de inflação de longo-prazo perseguida (explícita ou implicitamente) pela autoridade monetária. Greenspan é um severo crítico desse

procedimento. Sua abordagem para o problema se baseia no método do balanceamento de riscos. Com base nesse método, a autoridade monetária deve levar em conta não só o cenário mais provável, como também aqueles cenários com baixa probabilidade de ocorrência, mas cuja realização implique em custos econômicos muito grandes para a sociedade.

Em matéria de política fiscal, não se pode ter dúvidas quanto a ortodoxia do ex-chairman do FED. Ele é um defensor entusiasta da tese de que os déficits fiscais prejudicam o crescimento de longo-prazo. O seu argumento, contudo, não é simplório. Ele está perfeitamente ciente de que as taxas de juros de longo-prazo não são determinadas pelos fluxos de demanda e oferta de obrigações do tesouro, mas pela demanda e oferta das mesmas como estoque. Dessa forma, um aumento do déficit público teria um impacto negligenciável sobre a taxa de juros de longo-prazo, uma vez que os fluxos de novas emissões de obrigações são uma pequena parte do estoque existente desse tipo de ativos. O seu argumento é que um aumento do déficit público hoje, ao sinalizar para os investidores uma seqüência de déficits fiscais mais altos no futuro, irá gerar um aumento da taxa de juros de longo-prazo, com efeitos negativos sobre a acumulação de capital e o crescimento econômico (p.230). Nesse contexto, a política fiscal ótima é operar com déficit fiscal igual a zero. Para tanto, é necessária a introdução de regras fiscais claras que impeçam o governo de criar despesas sem a contra-partida de aumento de receitas tributárias.

Sua ortodoxia também fica bem clara quan-

do ele disserta sobre os requisitos institucionais para um capitalismo bem sucedido, parafraseando o comentário de Keynes a Commons. Na visão de Greenspan, o crescimento econômico será maximizado num ambiente institucional no qual i) a economia esteja aberta a concorrência global por intermédio do comércio internacional; ii) haja uma clara definição e defesa dos direitos de propriedade; e iii) os formuladores de política econômica tenham sido bem sucedidos na tarefa de implementar as medidas necessárias para a estabilidade macroeconômica (pp. 242-243).

A visão política de Greenspan deve desagradar a muitos dos leitores de “A Era da Turbulência”. O “Velho Maestro” afirma várias vezes que o capitalismo de mercado é a melhor forma de organização das sociedades humanas, pois proporciona o maior bem-estar econômico no longo-prazo. A democracia é funcional ao capitalismo porque permite que as tensões acumuladas pelo jogo da “destruição criativa” sejam liberadas sem ser por intermédio de forças disruptivas, ou seja, por intermédio de revoluções que ameacem o direito de propriedade. Ele também é um severo crítico do Estado do Bem-Estar Social. Para Greenspan, o welfare-state reduz a eficiência econômica e o impulso ao progresso porque desestimula os indivíduos a competir e assumir riscos; embora ele reconheça que o mesmo atende a uma necessidade básica dos seres humanos que é a estabilidade.

José Luis Oreiro

Professor do Departamento de Economia da UFPR e pesquisador do CNPq.